

O debate acadêmico e trabalhista passou longe da discussão da sessão ordinária do Conselho Universitário (Consun), de 26/10. Ao invés disso, os diretores de faculdade e representantes docentes preferiram a via dos acordos casuísticos para começar a aprovar uma proposta extremamente danosa aos docentes da PUC-SP.

As queixas contra a maximização, principal crítica levantada em várias unidades da universidade, foram relegadas a segundo plano e, assim, o que era provisório virou definitivo e o que era exceção começou a se transformar em regra.

O reitor começou a discutir os destaques, dando como dado definitivo a aprovação da proposta da Comissão. As manifestações que questionavam princípios do texto de forma geral foram deixadas de lado, o que também aconteceu com as propostas alternativas, como a da Faculdade de Economia e Administração (FEA), que nem sequer foi cogitada.

O novo texto, que se pretende seja aprovado na reunião extraordinária do Consun de 23/11, deverá começar a vigorar somente no segundo semestre de 2012, já que o Conselho de Administração (Consad) prorrogou a vigência da deliberação 03/2011, hoje em vigor (veja matéria na página 2).

A nova proposta mantém os parâmetros atuais de contrato para a maioria dos professores e "suaviza" para aqueles poucos que conseguem fazer pesquisas institucionais.

ACORDO NO CONSUN FAZ MAXIMIZAÇÃO SER INCORPORADA AO CONTRATO DOCENTE

MANIFESTAÇÃO DA APROPUC

A professora Priscilla Cornalbas, leu a manifestação da APROPUC, publicada na edição anterior do *PUCviva*, onde a entidade criticava principalmente a continuidade da maximização, a criação de duas categorias de professores, a dos pesquisadores e a dos docentes que apenas ministram aulas (estes tremendamente prejudicados pela

proposta), a não inclusão das horas de extensão no contrato de trabalho, a falta de critérios para a chamada dedicação exclusiva, entre outros pontos.

A posição da entidade não foi levada em conta pela Comissão (assim como uma série de manifestações de outras unidades).

A proposta da Comissão, durante a reunião, sofreu poucos questionamentos. Uma voz discordante foi a do pró-reitor de Rela-

ções Comunitárias, Hélio Deliberador, que questionou a existência das tabelas diferenciadas para pesquisadores e docentes que ministram somente aulas. O diretor da Faculdade de Teologia, padre Valeriano dos Santos Costa também questionou a concepção de pesquisa existente na proposta, mas o presidente da Comissão, professor Marcos Masetto, informou que a pesquisa que deverá contar para a proposta é somente aquela que tiver caráter institucional.

ACORDO

A questão que polarizou grande parte da discussão foi a relativa aos professores com menos de 6 horas contratuais. O professor Marcelo Sodré, da Faculdade de Direito, lembrou que em sua unidade estes docentes chegam a quase metade do corpo docente. Outros professores acrescentaram que em suas unidades também existem estes casos e que se a tabela valer para todos teríamos um grande

continua na próxima página



Na foto acima o Consun vota a proposta da Comissão. No destaque a professora Priscilla Cornalbas lê a carta com a posição da APROPUC

FOTOS DE MARINA PAQUINO

continuação da página anterior

Consad prorroga vigência da deliberação 03/2011

número de demissões.

A Comissão lembrou também que a existência da chamada TP-5 está inviabilizada pelo acordo interno dos professores que prevê o mínimo contratual de TP-10. Mas os conselheiros arrumaram um "jeitinho" e deverão incluir no texto as chamadas particularidades, ou seja, situações que mesmo contradizendo a norma geral sejam justificadas pelo plano acadêmico da unidade.

Assim todos os conselheiros ficaram felizes, diferente da grande maioria dos docentes da universidade que continuará a ver suas condições de trabalho aviltadas e muito próximas dos parâmetros praticados pelas instituições de ensino mercantilizadas.

Na reunião do Consad de 24/10, os conselheiros decidiram prorrogar a aplicação da deliberação 03/2011 para o primeiro semestre de 2012. A decisão levou em conta o curto tempo que haverá entre a fase de discussão de um novo texto para o contrato docente entre os representantes do Consun e a Fundação São Paulo.

A deliberação 03/2011 foi editada em janeiro deste ano e minimizava os efeitos da deliberação 01/2011, editada pelo Consad, que estipulava os piores parâmetros para contrato docente já aplicados nesta universidade, desde a deliberação 65/78.

A 03/2011 prevê que com 17 créditos um docente poderá atingir um contrato de tempo integral, algo próximo ao que a proposta da Comissão estipula, diferentemente da deliberação 01/2011 que previa 18 créditos e eliminava a existência de contratos intermediários (TP-15, 25, e 35).

O professor Marcos Masetto relatou no Consun o encontro da Fundação com a Comissão do Consun e mostrou-se animado pois os gestores informaram que pretendem discutir a proposta da Comissão à exaustão para que ela possa ser viabilizada ainda no segundo semestre de 2012.

Abaixo publicamos a tabela que regula a deliberação 03/2011 e que deverá reger os contratos docentes no primeiro semestre do próximo ano.

Relação crédito/ hora aula que vigorará em 2012

Nº de créditos	Horas
3	5
4	5
5	5
6	10
7	10
8	15
9	15
10	20
11	20
12	25
13	30
14	30
15	35
16	35
17	40
18	40

Mestrado denuncia massacre de maio de 2006 em São Paulo

Francilene Gomes Fernandes defendeu no dia 21/10 sua tese de mestrado em Serviço Social intitulada "Barbárie e Direitos Humanos: execuções sumárias e desaparecimentos forçados em maio de 2006". Sob a orientação da professora Maria Lúcia Barroco, ela pesquisou as mortes promovidas pela polícia após os ataques do Primeiro Comando da Capital (PCC) em maio de 2006.

Estima-se que entre 493 e 563 pessoas morreram entre 12 e 21 de maio de 2006. A maioria das mortes foi efetuada por policiais militares, e há diversos indícios de execuções sumárias mascaradas nos Boletins de Ocorrência (BO), definidas como resistência seguida de morte.

Durante a defesa de tese, Francilene afirmou que "discutir as mortes de maio de 2006 é debater a barbárie a que estamos expostos pelo capital", e que "a violência do Estado é

constitutiva do desenvolvimento do capitalismo". A estudante lembrou que, entre cem países, o Brasil está em sexta posição no ranking que contabiliza o número de jovens mortos com a faixa etária entre 15 e 24 anos.

Ela defendeu ainda que "a era do capital fetiche conduz à banalização do ser humano, que passa a ser visto como 'coisa', e por isso pode ser eliminado quando apresenta problemas".

NECESSIDADE DA VIOLÊNCIA

Para Francilene, "a violência policial contribui para a reprodução do modo de produção capitalista, que para ser exitoso, requer o controle, e a eliminação das manifestações que possam colocar em risco a ordem estabelecida.

Francilene se interessou em pesquisar o tema, pois seu irmão, Paulo Alexan-



MARINA D'AQUINO

À esquerda, Francilene Fernandes, acompanhada pela banca examinadora

dre, foi uma das vítimas dos crimes de maio de 2006. Ele foi morto pela Rota no dia 16 de maio de 2006. Desde então ela milita pelo

Tribunal Popular e pelas Mães de Maio, grupo que reuni familiares de outros mortos e desaparecidos em maio de 2006.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Barlira 407 - CEP: 05009-000 - Fone: 3872-2685.

Afapuc: João Ramalho 182, 7º andar - Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 - Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br - PUCViva na Internet: www.apropucsp.org.br

Editor: Valdir Mengardo

Reportagem: Calo Rubens Zinet, Marina D'Aquino e Ana Carolina Andrade

Fotografia: Marina D'Aquino

Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães

Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Rede denuncia mais um atentado no Pará

A Rede de Proteção a militantes ameaçados denunciou mais uma morte de um militante que se colocou contra os interesses do grande capital no Pará. A vítima da vez foi João Primo, que junto com outros dois militantes, foram no dia 20/10 ao Ministério Público para denunciar a retirada ilegal de madeiras de uma reserva ecológica.

Dois dias depois, João estava em sua oficina quando foi abordado por dois homens em uma moto. Um deles desceu do veículo e deu um tiro à queima roupa na cabeça de João, que morreu na hora.

A Polícia Militar trata do caso como "acertos de contas", mas militantes acreditam que o crime foi motivado pelas denúncias contra os ma-

deiros, que retiravam mogno bruto de uma região preservada.

As outras duas pessoas que haviam acompanhado João na reunião com o MP foram imediatamente retiradas do local. Uma delas está sob proteção da Força Nacional de Segurança que, para poder protegê-lo, abandonou outro cacique ameaçado.

Durante a reunião da

rede, realizada na sede da APROPUC, no dia 26/10, foi debatido que este fato só reforça que o programa de defesa aos militantes ameaçados de morte do governo federal é absolutamente insuficiente em defender pessoas ameaçadas.

A próxima reunião da Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados acontecerá na sede de APROPUC, no dia 9/11, às 17h.

No ECLA um almoço em solidariedade aos militantes ameaçados

A Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte realizou no domingo, 23/10, um almoço para arrecadar fundos para os militantes vítimas de perseguições de grandes latifundiários e das polícias de seus estados. Durante toda a tarde, cerca de 80 pessoas compareceram ao Espaço Cultural Latino Americano (ECLA), para saborear um delicioso "arrumadinho", feito coletivamente pelos participantes da Rede, ouvir música e inteirarem-se das ameaças que o grande capital pratica contra aqueles que não concordam com a sua exploração.

No início foi projetado um vídeo com os principais momentos do ato realizado no TUCA, em 8/8, em defesa dos perseguidos. A professora Bia Abramides abriu o ato contextualizando a importância dos trabalhos desenvolvidos pela Rede de Proteção na defesa dos militantes que hoje são barbaramente perseguidos.

A estudante Lygia Za-

mali Fernandes relatou todo o trabalho de monitoramento dos ameaçados que a Rede vem executando. Em particular foi relatada a situação de Wilton Andrade, um dos militantes ameaçados e foi exibido um vídeo sobre a sua trajetória.

Givanildo Manoel, militante do Tribunal Popular, falou sobre as atividades que a Rede vem desenvolvendo e a necessidade de ampliação do apoio aos movimentos sociais, enquanto que Camila Carduz Rocha, estudante de serviço social da PUC-SP, do PCML e do CLCN (Comitê de Lutas contra o Neoliberalismo) se posicionou contra os megaprojetos que se articulam hoje pelo país colocando em risco a vida de milhares de cidadãos expulsos de suas moradias. O indígena Sassá Tupinambá relatou também a precariedade com que diversas tribos vivem hoje no Brasil, ameaçados de expulsão de suas terras pelos grandes latifúndios e projetos do governo federal.

Os presentes manifesta-



FOTOS DE THAIS DOURADO



Acima, durante o almoço a projeção de vídeos sobre os militantes perseguidos; ao centro as manifestações de Bia Abramides (tendo ao lado o indígena Sassá Tupinambá) e Lygia Fernandes; abaixo um grupo de indígenas e o grupo Terra de Graça.

ram a sua solidariedade ao acampamento 15-O, que se realiza em cerca de 900 cidades e em São Paulo, mobilizando centenas de militantes hoje acampados no Vale do Anhangabaú. Na parte musical o almoço teve

a banda Terra de Graça e o Bloco de Carnaval Saci do Bixiga.

A Fundação São Paulo também manifestou o seu apoio à Rede de Proteção adquirindo 25 convites do almoço.

Ato-debate pede saída imediata das tropas brasileiras do Haiti

Na noite do último dia 22/10, na sede da APRO-PUC, aconteceu um ato debate pela retirada imediata das tropas brasileiras do Haiti. Estiveram presentes cerca de nove entidades que expuseram sua visão sobre o tema, e atuação do governo federal no país.

A professora Bia Abramides, presidente da APRO-PUC, afirmou que a entidade apóia as lutas pela retirada imediata das tropas brasileiras no Haiti. "Não é de hoje, que existe uma ação imperialista em curso no Haiti, com diversos atentados contra os direitos humanos mais básicos. Tudo isso patrocinado pelo governo federal brasileiro", disse.

Dirceu Travesso, da coordenação da Central Sindical e Popular Conlutas, afirmou que as tropas da ONU, lideradas pelo Brasil, não têm interesse humanitário algum no Haiti. "Não foi removida uma pedra sequer depois do terremoto que assolou o país em 2009", afirmou.

Em seguida, Givanildo Manoel, membro do Tribunal Popular, afirmou que o Haiti serviu como treinamento para as tropas brasileiras invadirem o morro do Alemão no Rio de Janeiro. "A ocupação do Haiti deu a logística para o exército conseguir instalar as UPP's no Rio de Janeiro, instaurando uma verdadeira barbárie nos morros cariocas", concluiu.

Sassa Tubinampá, do Movimento Indígena Revolucionário, afirmou que o caso do Haiti, e das invasões de morro no Rio de Janeiro, demonstram o caráter do atual governo federal. "Esse governo deixa claro que não rompeu com a lógica de 500 anos de Brasil, e que os bancos e latifundiá-



Acima, da esquerda para a direita: Lúcia Skomov, Markus Sokol, Simone Ishibashi; Abaixo, Givanildo Manoel, Bia Abramides, Helena Silvestre, Sassa Tubinampá e Dirceu Travesso.

rios continuam mandando no país", disse.

MISSÃO DIPLOMÁTICA?

Lúcia Skromov, membro do Comitê Pró-Haiti, já esteve várias vezes no país e questionou o caráter humanitário da presença das tropas da ONU. "O que acontece no Haiti é uma invasão,

e não uma ocupação. Hoje, no país, os únicos que comem são políticos, padres e membros da igreja. O resto da população está sem trabalho e não tem o que comer - o índice de desemprego no país está em torno de 75%", contou.

Markus Sokol, membro do comitê Defender o Haiti

é Defender a Nós Mesmos, também questionou o caráter humanitário da ação da ONU. "O que o Haiti precisa é de médicos, engenheiros, e não de soldados", afirmou. "O Haiti é um país sem Estado", completou.

Simone Ishibashi, do grupo feminista Pão e Rosas, afirmou que os estupros são usados como forma de poder das tropas haitianas. "Dados oficiais mostram que 35 mil mulheres foram estupradas no Haiti. Destes 14% são atribuídas às tropas da ONU. Isso é uma forma de aterrorizar a população, imobilizar e retirar as forças para lutar contra a invasão", afirmou.

Por sua vez, Helena Silvestre, da Luta Popular, afirmou que "só o povo haitiano pode se levantar contra todos os abusos que acontecem no país". Ela disse ainda que "o nível de espoliação é tão grande que destruiu as entidades de classe do país".

FOTOS DE MARINA D'ÁQUINO

SEUS DIREITOS

Mudanças no Aviso Prévio

No dia 13/10 passou a vigorar a Lei 12.506, a qual dispõe sobre os novos prazos para concessão do aviso prévio, bem como os critérios de cálculo.

A lei 12.506/11 não alterou o aviso prévio já existente na legislação trabalhista.

A nova lei trouxe novas modalidades de aviso prévio. Primeiro, a lei prevê 30 (trinta) dias de aviso prévio para os contratos de trabalho para empregados de até um ano de serviço na mesma empresa.

O Parágrafo único do ar-

tigo 1º desta lei trouxe outra modalidade de aviso prévio, agora para os contratos de trabalho com duração acima de um ano.

Nesta modalidade, a cada ano de serviço prestado na mesma empresa haverá o acréscimo de 3 (três) dias na contagem do aviso, até o limite de 60 (sessenta) dias, o que resultará num total de até 90 (noventa) dias.

Contudo, a convenção coletiva atual dos professores, na sua cláusula 37ª já previa este benefício para os professores.

Na verdade, a convenção co-

letiva é mais benéfica do que a lei porque não há a limitação de 90 (noventa) dias como a lei 12.506/2011.

Importante ressaltar que deve prevalecer a convenção coletiva pelo princípio da lei mais benéfica aplicável no direito do trabalho.

Outro ponto importante, o professor com mais de 45 (quarenta e cinco) anos tem assegurado um acréscimo de 15 (quinze) dias no aviso prévio conforme prevê a cláusula 42ª do Acordo Interno de Trabalho de 2011.

APROPUC lança segunda edição de Revista sobre os 140 anos da Comuna de Paris

A segunda edição da *Revista PUCviva* comemorativa dos 140 anos da Comuna de Paris foi lançada na última quinta-feira, 27/10, na sala 134-C do prédio novo. A primeira edição data de maio deste ano, lançada durante uma semana de intensos debates sobre o tema, organizada pela APROPUC, Núcleo de Estudos de Ideologia e Lutas Sociais (NEILS), Núcleo de História, Trabalho Ideologia e Poder e Conselho dos Centros Acadêmicos da PUC-SP (CCA), e apoiada pela Faculdade de Ciências Sociais.

EXIBIÇÃO DE FILME DE DZIGA VERTOV

Durante o lançamento foi exibido na íntegra o filme "O homem da câmera", de 1929, dirigido por Dziga Vertov, seguido de debate. O filme tinha cerca de uma hora de duração, em uma edição remasterizada e sua ação se localizava no contexto do socialismo soviético. O cineasta trouxe o debate de Lênin que encarava o cinema como arte muito importante e espaço essencial para propaganda revolucionária - para tanto chegou a nacionalizar a produção cinematográfica.

Vertov trabalhava com muita técnica e fez uma inovação estética. O cineasta é também um dos criadores do "cine verdade", cujo objetivo era revelar uma sociedade socialista e estimular a construção coletiva.

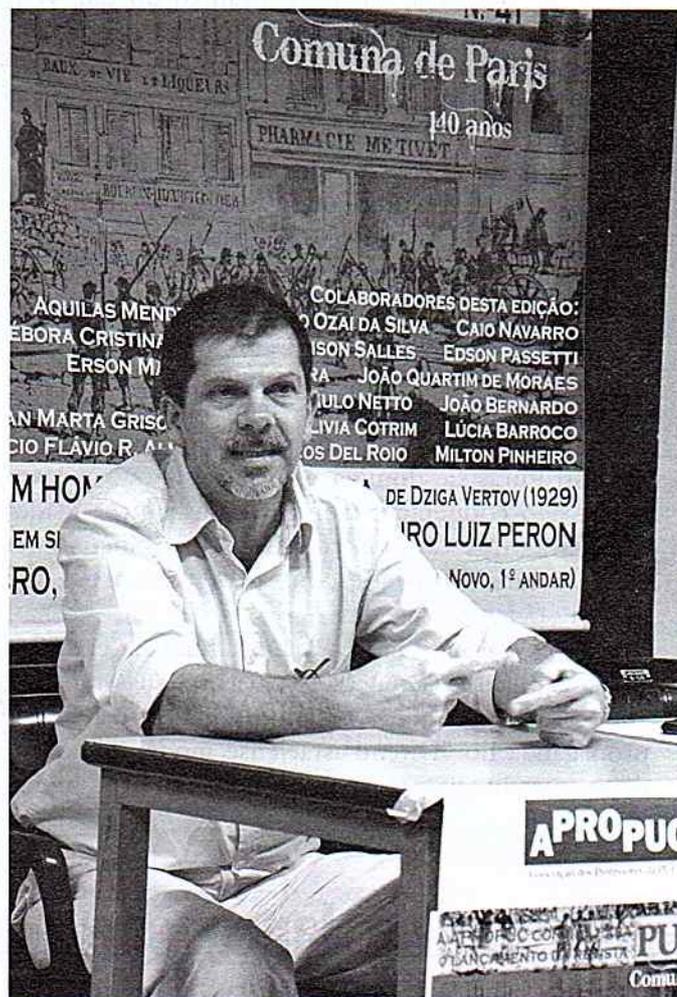
O professor Mauro Perón, pesquisador em Estéti-

ca do Cinema e junto a APROPUC organizador do ciclo "O cinema e a construção do conhecimento", contextualizou o filme lembrando que "o mundo do cinema também é o mundo dos trabalhadores". O professor retoma Vertov, que associa o cinema ao ritmo da industrialização e iguala a lógica do poder da imagem com o poder do operariado.

SEGUNDA EDIÇÃO DA REVISTA

A atividade contou também com o lançamento da segunda edição da *Revista PUCviva* sobre os 140 anos da Comuna de Paris. A nova edição traz artigos inéditos e com abordagens diferentes das tratadas na primeira edição da revista. Entre os artigos estão o de Áquilas Mendes, trazendo a importância do exemplo da Comuna de Paris para a América Latina hoje e o de José Paulo Netto, debatendo a "Comuna de Paris e a ditadura do proletariado". Conta também com Lúcio Flávio Rodrigues de Almeida, retomando e atualizando a questão "Comunas e soviets: um olho no passado e outro no futuro", além de Maria Lúcia Barroco, com "A Comuna de Paris: ética e emancipação" e Erson Martins, com "Um viva aos 140 anos da Comuna de Paris".

Colaboraram também para esta nova edição Antonio Ozai da Silva, Caio Navarro, Edison Salles, Edson Passetti, João Bernardo, João Quartim de Moraes, Lilian



Mauro Perón, professor da PUC-SP, debate importância do cinema soviético

Marta Grisolia Mendes e Débora Cristina Goulart, Lívia Cotrim, Marcos Del Roio e Milton Pinheiro.

Os vídeos editados com todas as apresentações feitas durante a semana de comemoração dos 140 anos da Comuna de Paris estão disponíveis no canal da APROPUC no YouTube, www.youtube.com.br/apropucsp.

Além disso, a APROPUC também fez um DVD com o material colhido durante os debates. Os associados que quiserem podem solicitar uma

cópia gratuita do DVD da atividade para a APROPUC pelo telefone 3872-2685 ou pelo e-mail apropuc@uol.com.br. A nova edição da revista também já está disponível.

CICLO DE CINEMA

Em continuidade ao ciclo "O cinema e a construção do conhecimento", na quinta-feira, 3/11, às 19h, no auditório da APROPUC, o professor Mauro Perón, debaterá o tema "Cinema, prática social e atuação política".

Carta aberta ao reitor da PUC-SP

É com preocupação que tomamos conhecimento da realização na PUC-SP do seminário internacional "Sistema jurídico de Israel: Direito judaico antigo e Direito israelense moderno", nos dias 24 e 25/10. A iniciativa vai na contramão do que vem ocorrendo no mundo. Sobretudo na Europa, em vários países, tem havido o cancelamento, por parte de academias conceituadas, de acordos de cooperação e intercâmbio com universidades israelenses como forma de apoiar as reivindicações do povo palestino de que se cumpram as leis internacionais e tenha fim a ocupação ilegal de seus territórios.

A esmagadora maioria dessas universidades é controlada pelo Estado e contribui para o regime de opressão e *apartheid* contra os palestinos. É, assim, parte da sustentação ideológica e institucional do projeto colonial sionista na Palestina e, como tal, está profundamente implicada na manutenção das estruturas de dominação sobre o povo palestino. A não cooperação por parte das universidades brasileiras nos campos científicos e técnicos com Israel é uma forma de contribuir para a paz e a justiça social na região.

Chama atenção que a PUC-SP, fundada em 1946 e que explicita sua função social entre suas missões, abra espaço para que o Estado de Israel venha fazer propaganda do "Direito israelense moderno", quando, contraditoriamente, desrespeita direitos huma-

nos fundamentais cotidianamente. Israel não cumpre nenhuma resolução da ONU (Organização das Nações Unidas), viola as Convenções de Genebra (inclusive permitindo a tortura sistemática de presos políticos) e desrespeita até mesmo decisões do Tribunal Penal Internacional. Exemplo nesse sentido é a condenação em 2004 por parte desse tribunal da construção do chamado "muro do *apartheid*" na Cisjordânia, o qual, a despeito disso, continua a ser levantado, anexar terras, separar famílias e impedir aos palestinos os direitos à educação, à saúde, a ir e vir. Os assentamentos ilegais no território palestino ocupado também continuam a ser edificados.

Frente a isso, lamentamos que a PUC-SP tenha decidido abrigar esse seminário. Acreditamos que isso não contribui para a formação e consciência críticas, mas distorce a realidade. Explicitados os problemas e questões implicados, contamos que, no futuro, a reitoria não mais promova iniciativas como essa. Pelo contrário, some-se a outras instituições acadêmicas no mundo que têm se posicionado contra esse estado de coisas, endossando o boicote a universidades israelenses.

APROPUC - Associação dos Professores da PUC-SP (apropuc@uol.com.br)

Frente em Defesa do Povo Palestino-SP (frentepalestina@yahoo.com.br)

Vito Letizia lança site durante debate na APROPUC

O professor Vito Letizia lançou o site Interludium.com.br, na sede da APROPUC no dia 23/9. O site pretende ser um espaço "de militantes que se dispõem a atuar nos movimentos sociais que resistem ou se mobilizam contra o capital e o estado burguês, que destroem a natureza e degradam as condições de vida do homem".

Vito, que foi professor de economia da PUC-SP durante 20 anos, afirmou que o site visa à luta pela liberdade. "Nós queremos ter a liberdade para exercer nossa atividade vital, e o capital vem lesando essa

possibilidade a todo o momento. O trabalho reduz o ser humano a uma máquina", disse.

Letizia afirmou também que as pessoas que fazem parte do site não acreditam que é possível melhorar as condições de vida da população enquanto o mundo estiver sobre a égide do capital. "Não vamos entrar no coro daqueles que querem melhorias, pequenas conquistas nos marcos do capital", disse.

O site, que já está no ar, possui diversos textos sobre a crise atual do capitalismo, crítica da economia política, história e política.



Acima a plateia que lotou o auditório da APROPUC. Ao lado, o professor Vito Letizia que lecionou por 20 anos no departamento de economia da PUC-SP



GAUCHE NA VIDA

Ensino a distância rebaixa qualidade da educação no país

Lúcia Rodrigues

Um em cada cinco estudantes universitários brasileiros está matriculado em cursos de Educação a distância (EaD) no país. A nova modalidade educacional surgiu no final da década de 1990, mas foi nos anos 2000 que esse formato de curso ganhou projeção.

O número de vagas oferecidas por empresas educacionais aumentou exponencialmente nesse período. Em 2000 eram 5.287 alunos matriculados em graduações a distância, em 2009 o total de universitários inscritos saltou para 838.125.

O último dado oficial sobre o número de alunos matriculados nesse tipo de formato é o do Censo da Educação Superior de 2009. Mas a rapidez com que os cursos de educação a distância se dinamizaram no país leva a crer que, hoje, a cifra já ultrapassou a casa de um milhão de estudantes matriculados em graduações oferecidas nessa modalidade.

Aparentemente democrática por ampliar o acesso à educação superior para um maior número de estudantes, a medida embute, na verdade, um forte componente ideológico. Cria no estudante a ilusão de que a qualificação garantirá o exercício pleno da profissão escolhida.

Mascara a ausência de políticas efetivas dos governos federal e estaduais para suprir em quantidade satisfatória a falta de vagas presenciais em instituições públicas do país. Escamoteia o problema central e desencadeia outro seríssimo ao facilitar o rebaixamento na qualidade do ensino dos cursos oferecidos a distância.

Na verdade, o ensino a distância foi o formato encontrado pelos governantes para diplomar pobres em massa e responder às metas educacionais impostas por organismos internacionais como o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio, a OMC.

Por isso, a garantia da qualidade dos cursos de graduação a distância não é a preocupação central desses dirigentes. Ao invés de investirem pesadamente na expansão de vagas em instituições públicas presenciais, enaltecem o "caráter democrático" desse modelo educacional que permite a um número expressivo de estudantes cursarem uma faculdade privada a distância.

"Conseguiram grudar a ideia de que o ensino a distância equivale à democratização do acesso. Além disso, rotulam quem questiona esse tipo de curso, como retrógrado", ressalta César Augusto Minto, vice-presidente da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo, a Adusp, e professor da Faculdade de Educação da USP, ao se referir à postura dos dirigentes governamentais e dos donos das empresas educacionais que disponibilizam graduações a distância. Segundo o docente, é difícil se contrapor a essa façanha ideológica que vendeu a ideia de que a democratização do ensino passa pela educação a distância.

Esses cursos foram introduzidos no país pelo governo Fernando Henrique Cardoso. Mas a administração do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva manteve a iniciativa e a ampliou. Em 2002, eram 40.714 matrículas; em 2006, o número havia pulado para 207.206, dois anos depois, em 2008, o total de estudantes matriculados chegou a 727.961. Embora se saiba que a administração da presidente Dilma Rousseff deu continuidade a essa medida, os números oficiais a respeito ainda não foram publicados.

O Censo da Educação Superior de 2009 aponta que, naquele ano, o Ministério da Educação reconhecia 844 cursos de graduação a distância no país distribuídos em 5.904 pólos de apoio presencial. Duzentas e vinte e duas instituições estavam credenciadas junto ao MEC para ofe-

recer cursos de Educação a distância. A maioria esmagadora dessas instituições é privada e está concentrada nas regiões sul e sudeste.

Os críticos do modelo consideram esse formato uma mina de ouro para os donos das faculdades, que conseguem aumentar ainda mais seus lucros. "Esses cursos têm forte teor mercadológico. Por isso, não se preocupam com a qualidade do ensino. As empresas tinham esgotado a capacidade de ampliar seus lucros e resolveram apostar nesse filão", explica o dirigente da Adusp.

Esse tipo de curso permite o barateamento das mensalidades, porque consegue ampliar exponencialmente o número de alunos matriculados por turma, além de reduzir o total de professores. Os donos das faculdades também economizam com gastos de energia elétrica, água e funcionários, porque não há um campus para os estudantes frequentarem.

O curso é praticamente todo online. E o aprendizado é mediado basicamente pelo computador. Não há um espaço físico onde o estudante possa ir estudar, diariamente. A parte presencial do curso exigida pelo Ministério da Educação também ocorre de forma precária. Em algumas oportunidades definidas, o aluno se dirige a um local, chamado de pólo, que a instituição disponibiliza para esses momentos presenciais. "Essa é uma forma capciosa, encontrada para dizer que o aluno tem aulas presenciais", frisa o professor César.

Na atividade, o estudante continuará a não ter o contato direto com um professor. O docente leciona simultaneamente para milhares de estudantes espalhados em vários pólos da instituição distribuídos pelo país, por meio de uma televisão ou de um telão instalados em uma sala. A Unip (Universidade Paulista), uma das maiores em-

presas privadas da área, tem mais de 100 polos no país, só na capital paulista são 20 locais.

O aluno não interage com o professor, só ouve as informações que são disseminadas na tela. Quem o acompanha presencialmente é um tutor que, na maioria dos casos, é aluno de pós-graduação, sem formação específica na área disciplinar que está sendo abordada na tela. As tutorias polivalentes respondem por várias matérias.

"O processo pedagógico é todo truncado. Uma pessoa fala em uma videoconferência, outra acompanha os alunos e outra fica responsável pelos trabalhos. Não há nenhuma articulação entre os vários segmentos. É uma situação de precariedade total, que só se justifica pela falta de preocupação com a qualidade do ensino", enfatiza o dirigente da Adusp.

O rebaixamento na qualidade desse tipo de ensino é o que faz com que a diretora da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Lisete Arelaro, não reconheça o termo educação a distância para esse formato de aprendizagem. "Usamos no máximo ensino a distância", faz questão de ressaltar a educadora.

Lúcia Rodrigues é jornalista da Caros Amigos. O Gauche na Vida é parte de uma matéria da jornalista para a edição de novembro da revista.

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana, de preferência no plano internacional. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.

FALA COMUNIDADE

Eleições para que? Uma polêmica com os setores que se dizem do movimento estudantil

Guilherme de Almeida Soares

As eleições para os centros acadêmicos na PUC-SP ocorrem nas vésperas em que a REItoria planeja fechar as salas com o risco de muitos cursos acabarem, assim como vem tornando as condições dos professores cada vez mais precárias e proibindo festas no campus. Tais medidas visam aprofundar o projeto que a REItoria, a burocracia acadêmica, a igreja e os bancos têm em transformar a PUC-SP numa FGV, e isto significa em um aprofundamento do processo de elitização desta universidade que, por sua vez, já está avançado.

Nesse sentido, as eleições estudantis têm uma importância fundamental, pois trazem a necessidade de discutir um programa que combata a reitoria, denunciando os próximos ataques deste mesmo setor e colocar que a reitoria tem interesses inconciliáveis com a maioria da comunidade. Para isso é fundamental forjar setores de estudantes combativos e dispostos a estarem na linha de frente nas próximas lutas contra o projeto elitista desta meia dúzia de parasitas que pretendem transformar a PUC-SP num verdadeiro inferno para a maioria da comunidade.

Porém, não foi isso que o aconteceu. A política das pessoas que se dizem movimento estudantil hoje na PUC-SP é de negociar migalhas com a burocracia, pois não travaram nenhu-

ma luta política na universidade, não respondendo casos importantes que ocorreram no primeiro semestre, o que desmoraliza e alimenta o sentimento de ceticismo dos estudantes, fazendo com que estes não acreditem em métodos radicalizados e se encastem em instâncias burocráticas como o Conselho de Centros Acadêmicos.

Podemos entender que estes mesmos que se dizem movimento estudantil não possuem aparato suficiente para poder organizar os estudantes e lutar contra a

CACS com um militante do PSTU e independentes) a política não tem sido muito diferente. Podemos pegar o exemplo do CACS, onde o Barricadas e o PSTU tem como objetivo se auto construir, e conseguem mobilizar os estudantes para montar chapa para Centro Acadêmico, mas não mobiliza para as questões concretas da universidade. Também temos que citar o caso da Economia, onde pessoas ligadas ao Barricadas estão compondo a chapa Rugido do Leão com militantes gover-

esta situação tão desfavorável para a maioria da comunidade puquiãna, pois é só lutando com um programa combativo que iremos dar um basta à REItoria, à burocracia acadêmica, à igreja e aos bancos, e impor a nossa vontade.

Temos que retomar a tradição combativa do movimento estudantil da PUC-SP e revolucionar o que é hoje considerado movimento de estudantes na PUC-SP. Basta de um movimento estudantil burocratizado, não queremos competições mesquinhas no centro acadêmico e não queremos um movimento estudantil que negocia migalhas com a burocracia acadêmica de portas fechadas. Queremos um movimento estudantil que represente os interesses dos estudantes, que combata incansavelmente o projeto da reitoria e que tenha como concepção estratégica um outro projeto de universidade, que esteja a serviço dos trabalhadores e do povo pobre, e não que uma meia dúzia de parasitas lucrem com o nosso direito de estudar. Que a universidade seja pública, gratuita para todos e laica, que o filtro elitista e racista chamado vestibular acabe. Pelo fim da terceirização e efetivação de todos os terceirizados e que esteja em aliança com os trabalhadores e demais setores oprimidos da sociedade.

Guilherme de Almeida Soares é estudante de Ciências Sociais do 3º ano e militante da Juventude às Ruas (LER-QI e Independentes)

Nesse sentido, as eleições estudantis têm uma importância fundamental, pois trazem a necessidade de discutir um programa que combata a reitoria, denunciando os próximos ataques deste mesmo setor e colocar que a reitoria tem interesses inconciliáveis com a maioria da comunidade.

reitoria, porém o problema não é este. Também no Direito, vimos que o grupo Construção Coletiva (impulsionado pelo Barricadas Abrem Caminhos e o Csol) girou todo o seu aparato e militância para as eleições do Centro Acadêmico 22 de Agosto, mas no cotidiano não deu nenhuma resposta às questões concretas que ocorrem na universidade, caindo na rotina.

Isso não é exclusividade apenas do Direito. No Jornalismo, na Psicologia, na faculdade de Ciências Sociais (aonde militantes do Barricadas compõe o

nistas do PC do B e do PT.

Enquanto isso, os estudantes chilenos estão abrindo barricadas contra a polícia, contra a educação herdeira do regime da ditadura de Pinochet. No Brasil estamos vendo os estudantes de várias universidades do Brasil ocupando suas reitorias contra a atual situação do ensino brasileiro e professores estaduais de mais dez estados realizando greve contra a atual situação de miséria que se encontra o ensino médio público. Temos que seguir este mesmo exemplo, caso queiramos mudar

MOVIMENTOS SOCIAIS

Crescem protestos contra tropas brasileiras no Haiti

Acontecerá no dia 5/11, a partir das 15h, no 8º andar do salão nobre da Câmara dos Vereadores de São Paulo um ato Continental pela Retirada Imediata das Tropas do Haiti. A professora Bia Abramides, presidente da APRO-PUC, confirmou presença pela entidade. Além dos militantes brasileiros, também estarão presentes representantes de diversos outros países da América Latina.

No manifesto, as entidades que participam da organização do evento, afirmaram que "o povo (haitiano) está farto da ocupação, que pisoteia sua soberania. Somos solidários, queremos ver o povo do Haiti livre. Já passou da hora do Brasil retirar suas tropas! São mais de sete anos de ocupação, com o Brasil liderando tropas de 42 países, sobre as quais pesam acusações de violação, repressão ao mo-

vimento dos trabalhadores operário e assassinato de lideranças haitianas".

Para os organizadores do ato, "a Presidente Dilma deve tomar a iniciativa, trazendo de volta o contingente brasileiro. O que o Haiti necessita é de médicos, enfermeiros, engenheiros, ajuda técnica e material para a sua reconstrução, e não de soldados para reprimir as legítimas manifestações de seu povo", encerra o manifesto.

Canteiro de obras de Belo Monte é ocupado

Com a continuidade das obras de construção da usina hidrelétrica de Belo Monte, os conflitos na região de Altamira estão aumentando. Na madrugada de quinta-feira, 27/10, de acordo com informações do Movimento Xingu Vivo, "cerca de 300 indígenas, pescadores e ribeirinhos da bacia do rio Xingu acamparam pacificamente no canteiro de obras de Belo Monte, para exigir a paralisação das obras da usina hidrelétrica, em Altamira, no Pará. A rodovia Transamazônica, na altura do quilômetro 50, também foi

interditada. O protesto não tem prazo para terminar."

Na semana passada aconteceu também, o seminário "Territórios, ambiente e desenvolvimento na Amazônia: a luta contra os grandes projetos hidrelétricos na bacia do Xingu", contando com 700 participantes de diversos movimentos sociais, sindicais, ambientalistas do Brasil e de outros países.

Ao final do encontro foi tirada a declaração da aliança do Xingu contra Belo Monte. A íntegra do documento pode ser conferida no site: <http://xinguvivo.org.br>

Estudantes protestam contra repressão na USP

A PM entrou em confronto com estudantes na noite do dia 29/10, após policiais deterem três estudantes por consumo de maconha. Em protesto, cerca de 300 estudantes ocuparam o prédio da Administração da FFLCH para re-

vindicar a saída imediata da PM da USP.

Em nota, o movimento de ocupação afirmou que o caso é "mais uma demonstração da política de repressão que vem sendo imposta na Universidade pelo reitor João Grandino Rodas".

Carta da CPT critica o modelo de desenvolvimento brasileiro

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) divulgou uma nota criticando duramente o modelo de desenvolvimento escolhido pelo Brasil durante os últimos anos. A nota, que foi aprovada no Encontro Nacional de Formação e Conselho Nacional da CPT, também aponta que esse modelo em curso tem sido responsável por inúmeras mortes de militantes que ameaçam lutar contra essa ordem.

"O Estado, por omissão ou conivência, tem exposto à sociedade brasileira a uma situação já de barbárie, de que são evidências os assassinatos impunes no campo e a mortandade na cidade, em especial de jovens e negros. A grilagem sistemática e aceita pelo Estado tem tornado a terra sonho de poucos e colocado o valor da propriedade concentrada acima da vida humana e do meio-ambiente. Alegados avanços democráticos dos últimos anos não acrescentaram nada à solução deste nó estrutural da sociedade brasileira, antes o reforçou".

A nota também faz uma crítica contundente aos últimos governos federais. "Os governos de quaisquer siglas e coalizões partidárias, reiteram o processo iníquo do controle desagregador das iniciativas camponesas, da criminalização de seus movimentos e lideranças, da perpetuação da impunidade, da defesa do latifúndio, sacramentados pela última e decisiva palavra de um Poder Judiciário corporativista, aliado blindado das elites oligárquicas e dos interesses capitalistas".

Greve dos funcionários da Unicamp continua

A greve dos funcionários da Unicamp continua. Paralisados desde o dia 19/10, as principais reivindicações dos grevistas dizem respeito à isonomia salarial, aos benefícios pagos nas três universidades estaduais paulistas, extensão do auxílio alimentação (no valor de R\$ 510,00) para os trabalhadores da Funcamp e ao cumprimento do acordo firmado pelo Cruesp (Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas) e Fórum das Seis, para que os técnico-administrativos avancem uma referência na carreira, assegurando isonomia com o reajuste concedido aos docentes.

A repercussão do movimento tem se ampliado e já é muito divulgado pela mídia. Em nota, o Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) afirmou que "após quatro meses esperando um posicionamento da administração da Unicamp sobre a pauta de reivindicações (...), a categoria decidiu que não dá mais para continuar esperando". A APROPUC enviou moção de solidariedade e apóia o movimento.

ROLA NA RAMPA

Plano de saúde nega cirurgia para professora da PUC-SP

A professora da PUC-SP, Ruth Gelehrter da Costa Lopes, do núcleo de Psicogerontologia teve seu pedido de cirurgia de urgência negado pelo plano de saúde SulAmérica - contratado via PUC-SP. Segundo as informações da própria professora, no dia 24/10 ela teria se dirigido ao Pronto So-

corro do Hospital Santa Cruz, por recomendação de seu oftalmologista, pela necessidade de uma cirurgia de urgência em função do descolamento de retina que estava se agravando. A professora ficou durante horas no pronto socorro sem saber ao certo a posição do plano de saúde, e sem respostas concretas teve que retornar para sua

casa. Após denunciar o caso em diversos órgãos, como o próprio plano e o PROCON, e inclusive informando a PUC-SP, a professora enfim conseguiu realizar a cirurgia. Ruth acredita ser importante a divulgação desse caso para que outros colegas não passem pela mesma situação.

A Palestina vista de dentro

Para debater a situação da Palestina, a APROPUC, em parceria com a Frente Palestina, realizará a atividade "A Palestina vista de dentro - Relatos de quem vive a Nakba", no próximo dia 8/11, às 19h, em sala a ser confirmada, no prédio novo. Para realizar esses relatos estarão presentes Abdallah Abu Rahmah, o mais destacado líder da resistência não violenta da Palestina, professor preso em 2009 por liderar manifestações e após ser libertado em março deste ano, continua "na luta palestina por direitos, justiça e liberdade". Também para trazer seus relatos, Baby Siqueira Abrão, jornalista e escritora, que desde abril vive na palestina e hoje é correspondente no Oriente Médio do jornal *Brasil de Fato* e do site de notícias *Opera Mundi*, colaborando também com o site *Carta Maior* e com a revista *Caros Amigos*.

Ricardo Antunes lança novo livro

Acontece nesta segunda-feira, 31/10, das 19h às 21h, o lançamento do livro "O continente do labor" de Ricardo Antunes. O livro "reflete os dilemas do mundo do trabalho, discutindo a temática da dependência e das lutas sociais e sindicais no Brasil e na América Latina do século XX e início do XXI". O lançamento acontece na Livraria Cortez, Rua Bartira, 317 (ao lado da PUC-SP) e é promovido pela Boitempo Editorial e Livraria Cortez.

Curso discute Marxismo e Educação

Entre os dias, 31/10 e 4/11, das 14h às 18h, o minicurso "Marxismo e Educação: Diálogo, Pedagogia e Cultura", ministrado pelo professor Peter Jones, da Sheffield Hallam University. A atividade será de segunda a sexta-feira (exceto no feriado, dia 2/11, na sala 317 do 3º andar do Edifício Reitor Bandeira de Mello - prédio novo. O curso é organizado pelo Programa de Estudos Pós-Gra-

duação em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem da PUC-SP, com as professoras Maria Cecília Camargo Magalhães e Fernanda Coelho Liberali. O evento se destina a "professores e alunos do LAEL, participantes do grupo de pesquisa LACE pesquisadores e alunos da graduação e membros da comunidade científica interessados na construção de uma escola cidadã".

Encontros com o Futuro aborda cenários para América Latina

Nesta sexta-feira, 4/11, das 9h às 12h, acontece a palestra Cenários para América Latina, moderada pelo Prof. Dr. Arnold de Hoyos, com palestra de José Cordeiro. A atividade será realizada no Auditório Prof. Dr. Ricardo Sayeg, sala 100, no 1º andar do prédio novo e é promovida pelo Nú-

cleo de Estudos do Futuro (NEF) e Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia e Administração (FEA) da PUC-SP e Prof. Dr. Arnoldo José de Hoyos Guevara. As vagas são limitadas, as inscrições são gratuitas e devem ser feitas pelo e-mail rozarizzinef@yahoo.com.br.

Jornalismo Popular em pauta

No dia 26/11, das 9h às 18h, na sala 239 na PUC-SP, acontece o seminário Jornalismo Popular: movimentos sociais e desafios da comunicação. A atividade conta com palestras de João Pedro Stedile, da coordenação nacional do MST, Bia Barbosa, do Intervezes, Silvio Mieli, professor de jornalismo da PUC-SP, Pablo Ortelado, professor de filosofia da USP, Juçara Zottis da Rádio Comunitária Cantareira, Leonardo Sakamoto, jornalista do site Repórter Brasil entre outros convidados. A atividade é gratuita, mas as vagas são limitadas e as inscrições devem ser feitas pelo email: cursosbrasildefato@gmail.com. Mais informações sobre o evento podem ser encontrados no site <http://cursosbrasildefato.blogspot.com>. A atividade é promovida pelo Jornal *Brasil de Fato* com apoio do Departamento de Jornalismo da PUC-SP.